



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

---

**Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.**

**Estratégia democrático-popular e Serviço Social: um debate necessário<sup>1</sup>**

**Adrianyce A. Silva de Sousa<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho fruto de estudos de pós-doutoramento versa sobre a conjuntura dos governos do Partido dos Trabalhadores - PT (2003-2011) e, seus reflexos no Serviço Social brasileiro. Particularmente, urge revisitar a história recente considerando o resultado das eleições presidenciais de 2022, com o retorno do PT ao governo. No nosso entendimento, no poder, o Partido dos Trabalhadores manteve o aprofundamento da pauta neoliberal e, cuja construção de um novo pacto social só foi possível a partir de uma democracia de cooptação. A partir dessas determinações destacamos os influxos dessas determinações no Serviço Social brasileiro identificando a existência de uma tendência socialista-reformista na profissão cuja maior expressão é um hiperdimensionamento do princípio da democracia.

**Palavras-chave:** Estratégia democrático-popular. Serviço social. Reformismo. Democracia.

**Democratic-popular strategy and Social Work: a necessary debate**

**Abstract:** This work is the result of post-doctoral studies and deals with the conjuncture of the Workers' Party - PT governments (2003-2011) and its impact on Brazilian Social Work. Particularly, it is urgent to revisit recent history considering the result of the 2022 presidential elections, with the return of the PT to the government. In our understanding, in power, the Workers' Party maintained the deepening of the neoliberal agenda, whose construction of a new social pact was only possible from a democracy of co-optation. Based on these determinations, we highlight the influences of these determinations on Brazilian Social Work, identifying the existence of a socialist-reformist tendency in the profession whose greatest expression is a hyper-dimensioning of the principle of democracy.

**Keywords:** Popular-democratic strategy. Social service. Reformism. Democracy.

## **1 INTRODUÇÃO**

Não é equívoco destacar que, as condições histórico-políticas da gênese do que passou a ser nomeado pela categoria profissional como “Projeto ético-político”, possuem um nexos importante e, quase não enfatizado na bibliografia profissional da

---

<sup>1</sup> Pesquisa com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: adrianyce@gmail.com; nutss.uff@gmail.com.

área do Serviço Social. Referimo-nos aqui a relação entre os avanços profissionais e a estratégia democrático-popular que tem no surgimento do Partido dos Trabalhadores seu expoente (SOUSA, CARVALHO e MARQUES, 2019; SOUSA, 2021).

Neste material buscamos apresentar os fundamentos dessa relação destacando alguns impactos sobre a perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro, particularmente nos anos 2000 em que Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente no Brasil. Consideramos que estas reflexões são importantes, uma vez que o resultado do pleito eleitoral de 2022 recoloca Lula e o PT novamente no governo brasileiro.

## **2. O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A PAUTA NEOLIBERAL: MAIS CONTINUIDADE QUE RUPTURA**

Quando o Partido dos Trabalhadores ascende à presidência o governo federal está imerso numa brutal dilapidação do patrimônio público via privatizações, aumento da informalidade e do desemprego, aumento da dívida líquida do setor público (no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso equivalia a 31,36% do PIB e no último ano de governo à 55,5%) e, aumento do percentual de brasileiros situados abaixo das linhas da indigência e da pobreza. Marcas do aprofundamento da heteronomia econômica favorável aos interesses do grande capital.

Luís Inácio Lula da Silva é então eleito presidente em 2002, herdando um período no qual "nunca, na sociedade brasileira a oligarquia financeira pode satisfazer em tal magnitude a sua voracidade" (NETTO, 2004, p. 8). Contudo, se o Partido dos Trabalhadores havia se colocado anteriormente como crítica e resistência à orientação macroeconômica do período que lhe precede, a "Carta ao Povo Brasileiro" de 2002, explicita o seu compromisso com as mudanças dentro dos marcos da institucionalidade e a honra aos contratos firmados. Para tanto, se faria necessário um outro receituário: superar a vulnerabilidade externa através do aumento e melhora na qualidade das exportações e a substituição competitiva das importações, ambas voltadas a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar; recuperar a capacidade de investimento público e da redistribuição de renda. Assim, crescimento e estabilidade econômica garantiriam um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. Em síntese, o PT lançava as bases para um

"novo contrato social" via o "compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social".

Longe de efetivar um giro na orientação macroeconômica do governo FHC ela foi aprofundada em sua pauta contra-reformista, privatista e de fortes vínculos ao capital financeiro, cujas alterações se constituíram, de fato, na base produtiva, em especial via o incremento do agronegócio e o consequente "boom" das commodities. Fenômeno que reorientou a inserção do país na divisão internacional do trabalho a partir de uma atuação primária.

Neste contexto, destacam-se outros dois elementos de significativa relevância: a expansão do consumo interno para os setores da base da pirâmide social via o acesso ao crédito; e a resignificação do sentido de "justiça social" a partir de um forte viés mercantil (vide o exemplo da expansão do ensino superior através de fortes vínculos privados com o PROUNI e o FIES ou da política habitacional do "Minha casa minha vida"), além da adoção de medidas focalizadas e compensatórias no combate à extrema pobreza, concebidas como políticas de "redistribuição de renda".

Petra (2013) demonstra tal escolha econômica<sup>3</sup> quando ao analisar os governos petistas identifica que o país se tornou um dos principais exportadores de bens primários no mundo, a partir de produtos como a soja, a carne vermelha, ferro e metais. De acordo com os dados do autor, em 2005 o Brasil exportou US\$55,3 bilhões em matéria-prima e US\$44,2 bilhões em produtos manufaturados; em 2011, a exportação de matéria-prima já era de US\$162,2 bilhões, enquanto a de produtos manufaturados obteve o crescimento de apenas US\$60,3 bilhões. A este fenômeno o

---

<sup>3</sup> Petra (2013, p.18) ressalta que, neste período, "o capital financeiro afluíu para o Brasil como nunca antes. Investimentos diretos estrangeiros (FDI) saltaram de um valor em torno de US\$16 bilhões, em 2002 – durante o último ano do mandato de Cardoso – para mais de US\$48 bilhões, no último ano do mandato de Lula. A carteira de investimento – de tipo mais especulativo – variou de US\$5 bilhões negativos, em 2002, para US\$67 bilhões positivos, em 2010. O influxo líquido do FDI e carteiras de investimento totalizaram US\$400 bilhões no período de 2007 a 2011, comparado aos US\$79 bilhões durante o período dos cinco anos anteriores. Investimentos de carteira em alta lucratividade, elevados títulos de juros retornaram entre 8%-15% – o triplo e o quádruplo das taxas na América do Norte e Europa".

autor denomina por "capitalismo extrativo"<sup>4</sup>. Ao contrário do que se propugnava como o crescimento de um "setor nacional" a dependência do país a exportação de commodities foi ajudada e compensada pela "massiva entrada de corporações multinacionais imperiais e fluxos financeiros de bancos estrangeiros. Mercados internacionais e bancos estrangeiros se tornaram a força propulsora do crescimento extrativo e falência industrial" (PETRA, 2013, p. 12-13).

Ao mesmo tempo, "na particularidade da gestão petista", em expressão utilizada por Behring (2018), foram verificados resultados positivos no acesso ao consumo e trabalho formal dos segmentos sociais mais pauperizados entre os anos de 2004 e 2015:

Houve, de fato, especial expansão de empregos de baixa remuneração – até 1,5 salário mínimo – na base da pirâmide social brasileira (...). Nesse contexto de expansão do emprego de baixa remuneração, houve nítida redução das pobreza extrema e absoluta. Esse processo, portanto, assentou-se na queda do desemprego, na formalização do emprego (sete em cada 10 vagas abertas), no aumento do salário mínimo, e na expansão do crédito, especialmente consignado a partir de 2004, combinados aos programas de transferência de renda – PBF, BPC e Previdência Social – com maior peso nos dois últimos, considerando seu vínculo com o salário mínimo. (...) Um resultado dessa mudança foi a expansão do mercado interno daí decorrente e impulso ao chamado ‘ciclo virtuoso de crescimento’ (...) com fortes suportes estatais ao capital financeiro e ao agronegócio, mas também pelo impulso ao consumo interno (...) Foram ativados mecanismos de renúncia fiscal, a exemplo do IPI para a indústria automobilística e de eletrodomésticos, e mecanismos do PAC. (BEHRING, 2018, p. 53-54).

---

<sup>4</sup> O capitalismo monopolista prosperou durante o governo de Lula, com lucros recordes no setor extrativo, extremos danos ao meio-ambiente, e deslocamento massivo de povos indígenas e pequenos produtores. A experiência em mineração da Vale sublinhou a poderosa continuidade estrutural entre os mandatos neoliberais de Cardoso e de Lula: o primeiro privatizou a Vale a preço de “liquidação”; o segundo promoveu a Vale como uma empresa detentora do monopólio na produção e exportação de ferro, ignorando totalmente a concentração da riqueza, lucros e poderes do capital extrativo. A Vale [do Rio Doce], uma empresa privatizada por meio de aquisições e fusões durante a presidência de Cardoso, controla quase 100% das minas de ferro produtivas do Brasil. Em 1997, a Vale foi vendida pelo Estado neoliberal por US\$3,14 bilhões, uma pequena fração de seu valor. Durante a década seguinte, concentrou seus investimentos na mineração, estabelecendo uma rede global de minas em mais de uma dúzia de países nas Américas do Norte e do Sul, Austrália, África e Ásia. Os governos de Lula e de Dilma tiveram um papel preponderante, ao facilitar o domínio da Vale no setor de mineração e no crescimento exponencial de seu valor: hoje, o valor líquido da Vale é de mais de US\$100 bilhões, mas paga uma das menores taxas tributárias no mundo, apesar de ser a segunda maior companhia de mineração do mundo, o maior produtor de minério de ferro e o segundo maior produtor de níquel do planeta. Os royalties máximos sobre a riqueza de minério cresceram de 2% a 4%, em 2013. Em outras palavras, durante a década do governo “progressista” de Lula e Dilma, a taxa tributária foi um-sexto daquela da conservadora Austrália, com uma taxa de 12%. (PETRA, 2013, p. 22-23-24).

Sob a afirmativa de que teríamos vivido um "neodesenvolvimentismo" e a constituição de uma "nova classe média" via "pleno emprego" se obscureceu a heteronômica relação da burguesia a nível nacional com o capital transnacional. Neste sentido, a ideologia neodesenvolvimentista sustentou a tese de um redirecionamento da ação do Estado através da retomada da industrialização, valorização do mercado interno e da indústria nacional (SITCOVSK, 2013). Se no que tange à indústria, o seu crescimento estaria organicamente vinculado à atuação sobre bens primários - os chamados produtos "semimanufaturados" (a exemplo do suco engarrafado de laranja ou dos enlatados); no que tange ao trabalho, a despeito dos indicadores positivos, permaneceram intactos os pilares ao seu trato marginal: a superexploração da força-de-trabalho e as constantes denúncias sobre as condições de vida e trabalho. Fato bem visto nos setores de alavanca dos programas governamentais, como bem visto nas manifestações e denúncias dos trabalhadores terceirizados nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC.

No que se refere a Política Social temos acordo com Behring quando esta destaca que mesmo com a diminuição da relação dívida/PIB, acompanhado de relativa queda temporária das taxas de juros, os gastos com a dívida continuaram sendo objeto prioritário ao orçamento público. Nesta lógica, o que se desenvolveu foi o contrário da universalidade, equidade e integralidade no acesso às políticas sociais. Mas, a sua focalização com forte seletividade e baixo custo, ao mesmo tempo em que se constituíram processos privatizantes (de forma direta e indireta) sobre a base objetiva dos direitos sociais fundamentais, como visto na área da educação, da saúde e da assistência social.

Logo, a Política Social nos governos petistas ainda que tenha ampliado o seu alcance e cobertura – fato inegável a partir do Sistema Único de Assistência Social ou da Estratégia Saúde da Família – não superou os limites estruturais que são os mesmos da era Fernando Henrique Cardoso: uma orientação macroeconômica em privilégio dos grandes rentistas.

A interpretação desse cenário nos remete aos fundamentos da formação social brasileira, mais precisamente o reforço das relações de dependência sustentadas por uma "democracia de cooptação". De acordo com Fernandes (2009) o processo de

internacionalização do modo de produção capitalista se constituiu a partir de relações de dependência dos países periféricos aos centrais: junto aos demais países latino-americanos passamos de coloniais a periféricos.

Contudo, considerando as particularidades de nossa formação social, cabe destacar que qualquer que fosse o padrão de dominação externa vigente aqui uma "organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados" (FERNANDES, 2009, p. 21). Por conta disso, a institucionalização do poder político se realizou excluindo os "de baixo" e sacrificando o processo de democratização. Nestes termos, ao abdicar de uma revolução burguesa e das reformas que lhe são estruturantes, a combinação das formas "arcaicas" com as "modernas" ou "ultramodernas" de exploração capitalista são, portanto, indissociáveis em nosso país.

Nesse sentido, constitui-se uma natureza autocrática da dominação de classe, cuja funcionalidade do Estado é

[...] a de assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais, na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (NETTO, 2006a, p. 27-28).

Logo, o Estado autocrático erguido no pós-1964, assegurando o pacto contrarrevolucionário, é essencialmente antidemocrático. As articulações econômico-políticas desse período ditatorial foram conduzidas pelos monopólios através do que Netto (2006a) caracterizou como "modernização conservadora". Todavia, conforme esta foi ganhando corpo e o grande capital foi perdendo legitimidade política, abriu-se ao fim dos anos 1970/1980 a possibilidade para o protagonismo dos trabalhadores e das suas pautas civilizatórias historicamente reprimidas, como a defesa da reforma sanitária, a reforma agrária, etc.

É neste contexto que a "democracia de cooptação" emerge como possibilidade de integração esterilizante das pressões dos "de baixo", permitindo a articulação política "entre os mais iguais" em nova forma; e promove, ao mesmo

tempo, o consentimento das classes e pressupõe interesses-valores variados em conflito na cena política (FERNANDES, 1976, p.421). Trata-se de uma reconfiguração do poder político a partir da institucionalização do poder político excedente, coexistindo a manutenção da dependência com um sistema democrático restrito.

A dinâmica do real nos mostrou que a "democracia de cooptação", enquanto meio de preservação dos interesses da burguesia autocrática, se efetivou estabelecendo um regime democrático (de cooptação das massas) e autocrático (o privilégio e manutenção dos interesses das burguesias nacional e internacional). E tudo isto sob a faceta da edificação de uma democracia participativa cuja gênese se encontra na Estratégia Democrático- Popular, encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (MARQUES, 2012 e 2015).

Contudo, ao nos defrontarmos com o presente, consideramos que não só a "distensão política" se realizou como, durante o ciclo petista, a democracia burguesa garantiu a rentabilidade lucrativa do capital com a abertura de parcas concessões ao trabalho.

Dessa forma, os governos petistas incapazes de romper com os elementos estruturantes de um padrão autocrático de dominação de classe, forneceram extraordinária contribuição à burguesia ultraconservadora brasileira. No dizer de Netto "no poder a esquerda não se diferencia substantivamente daqueles a quem sucede" (NETTO, 2004, p. 19). A mudança se constituiu, via o apaziguamento da luta de classes a partir de novos consensos, materializados em mecanismos ideológicos fomentadores da resignação dos cidadãos (o cidadão consumidor, desprovido de qualquer identidade de classe) e a pacificação das vanguardas organizadas dos trabalhadores e dos seus respectivos instrumentos de luta.

### 3. EXISTE UMA TENDÊNCIA SOCIALISTA REFORMISTA <sup>5</sup> NO SERVIÇO SOCIAL?

Desde os finais dos anos de 1960, a profissão desenvolveu um processo de ruptura com o conservadorismo que viabilizou a constituição de uma vanguarda profissional empenhada em decifrar as determinações da dinâmica social brasileira e suas incidências na profissão. Esta construção, é tanto legatária do amadurecimento profissional desenvolvido a partir do processo de democratização da sociedade pós ditadura de 1964, como da influência de um pensamento crítico vinculado à tradição marxista<sup>6</sup>.

A partir deste amadurecimento constitui-se o chamado Projeto Ético-Político consolidado na década de 1990. Porém, as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem um nexos importante, e que explica a tendência ora em análise. Referimo-nos aqui a relação entre os avanços profissionais e o surgimento do PT. No dizer de Netto, "a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impensável" (NETTO, 2004, p. 22). Mais precisamente, a condição política, que possibilitou a ruptura com o conservadorismo é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe

---

<sup>5</sup> Por "socialismo reformista" compreendemos uma dada concepção estratégica nas reformas, no aperfeiçoamento da democracia e em sua respectiva conformação moderna (mais desenvolvida da cidadania burguesa). Esta concepção de socialismo ganhou diferentes versões a partir de formações sócio-históricas particulares, a exemplo do eurocomunismo em países da Europa, da Estratégia Democrático-Popular no Brasil ou do polêmico Chavismo na Venezuela e, em linhas gerais, pode ser compreendida a partir da caracterização de Marx e Engels (2008) sobre o "socialismo burguês" no *Manifesto do Partido Comunista*. Resgatamos esta concepção burguesa de socialismo porque estamos convencidas que, ao ser completamente abdicada pela burguesia em seu giro contra reformista, torna-se nos dias de hoje o horizonte estratégico hegemônico de estratos expressivos da classe trabalhadora. Nos reportamos assim, a uma apreensão do socialismo que detêm por objetivo último alterações positivas na base material de vida dos trabalhadores. Mas, por "alteração nas relações materiais de vida", "(...) este socialismo não entende, de modo nenhum, a abolição das relações de produção burguesas, só possível pela via revolucionária, mas melhoramentos administrativos que se processem sobre o terreno destas relações de produção, portanto que nada alteram na relação de capital e trabalho assalariado". (MARX E ENGELS, 2008, p.59)

<sup>6</sup> Não nos deteremos aqui, em amplo debate acerca dos percalços da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, sobre o tema, entre outros conferir Netto (1989, 2006a, 2006b) e Santos (2007).



trabalhadora brasileira na chamada "Estratégia Democrático-Popular"<sup>7</sup>.

Neste sentido, a questão que se apresentava aos segmentos mais avançados da categoria profissional, era como manter os compromissos sócio-políticos com os trabalhadores estabelecendo mediações mais explícitas com a realidade brasileira, de modo tanto a qualificar seus parâmetros e princípios profissionais, quanto a permitir maior suporte à intervenção profissional. Do ponto de vista teórico, isso significou uma centralidade em torno da categoria trabalho<sup>8</sup> e do ponto de vista ídeo-político a “constituição de um novo *ethos*, o de trabalhador assalariado” (BEHRING, 2013, p. 12). Ou seja, o reconhecimento da dimensão da exploração de homens e mulheres para os quais o pagamento é o salário, levou a categoria ao reconhecimento das classes sociais e de suas funções. É justamente este o movimento, no plano teórico e ídeo-político, que traz para o interior do debate profissional onexo de problematizações em torno do trabalho que estava posto na sociedade, o qual confirma no seio profissional um aprofundamento dos compromissos assumidos na ruptura com o conservadorismo.

A decodificação deste movimento, na construção teórica e ídeo-política da profissão se deu postulando uma vinculação "entre o projeto profissional e um projeto

---

<sup>7</sup> Segundo Marques (2015), por "Estratégia Democrático-Popular" vamos compreender o principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 – e que segue confiante entre parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até os dias de hoje. Apesar da contribuição de autores importantes em sua formulação é ao sociólogo Florestan Fernandes que atribuímos a construção de sua gênese e fundamentos teóricos. Para este, a estratégia socialista da "revolução brasileira", diante da nossa particularidade de nação dependente e subdesenvolvida, adquire o caráter de uma "revolução democrática", a qual prevê dois níveis de atuação: de curto e longo prazo, "dentro" e "fora" da ordem. As primeiras tarefas, de curto prazo, diriam respeito a quebra das nossas "cadeias coloniais" com a condução operária à chamada "revolução burguesa em atrasado", ou seja, a realização das nossas pendentes reformas civilizatórias. A segunda é a outra sociedade, o socialismo. Na ótica de Fernandes, dado o caráter totalitário da nossa burguesia, estas revoluções confundir-se-iam e a luta pela libertação da tutela imperialista ligaria a revolução nacional-democrática à vitória socialista. Apesar da influência da teoria da "Revolução Democrática", essa programática apenas vai adquirir a nomenclatura “Democrático-Popular” a partir do 5º Encontro Nacional do PT (1987). O sentido da alternativa Democrático-Popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia "democrática, popular e anti-imperialista" hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado. Democrática, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capitalismo brasileiro. Popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus “aliados” afetados pelos grupos monopólicos - a pequena burguesia ou uma pseudo-burguesia vinculada ao capital produtivo.

<sup>8</sup> As decorrências e problemáticas deste debate no decorrer da década de 1990 são conhecidas. Polêmicas em torno do Serviço Social ser ou não trabalho (SOUSA, 2016).

societário que propõe a construção de uma nova ordem, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero" (NETTO, 2006b, p. 155). Dessa forma, coloca-se para o Serviço Social a necessidade de remeter-se a um entendimento profissional condicionado para além de si, referenciando uma intervenção profissional que contribua para mostrar os limites, as contradições e o nível de barbárie presente nas relações sociais erguidas nos marcos do capital. Disto resulta, "em termos dos princípios da profissão, o estabelecimento de uma relação dialética entre emancipação humana e emancipação política" (BEHRING, 2013).

Entretanto, em nossa compreensão, esta é, pois, a encruzilhada, trata-se de dois elementos distintos. Um elemento radicalmente crítico fundado na perspectiva ontológica comprometida com a emancipação humana, no sentido da plena realização do humano genérico por meio da socialização da economia, política e cultura; de modo a superar as desigualdades de classe e formas por elas assumidas no que se refere a toda forma discriminação e preconceito. E, um elemento conjuntural estratégico comprometido com a emancipação política, à medida que os outros princípios fundados pela liberdade, dialogam com a particularidade brasileira dependente e desigual. A "ampliação e consolidação da cidadania", a "defesa e aprofundamento da democracia", a "garantia do pluralismo", a "defesa da equidade e justiça social" constituem-se em mediações estratégicas da intervenção profissional face ao capitalismo brasileiro. Entendemos que é este segundo elemento que se desenvolve amplamente na profissão ao longo dos governos petistas no Brasil nos anos 2000.

A problemática, no nosso entendimento, reside no seguinte fato: o que inicialmente estava posto como uma defesa do trabalho – enquanto categoria central para a compreensão da realidade e para sua organização objetiva, responsável por manter na ordem do dia a problematização da sociedade burguesa frente aos processos de exploração e alienação que engendra – limitou-se à defesa exclusiva dos direitos sociais conquistados no processo da luta de classe pelos trabalhadores. Ou seja, há uma conformação reformista.

Dito de outra forma, alguns segmentos profissionais, mesmo aqueles da vanguarda profissional, realizaram, ainda que de modo não declarado, um deslocamento para o Estado, para a defesa dos direitos e da política social,

desreferenciando o papel jurídico-político nos limites da ordem burguesa. Nestes termos, esta tendência *socialista reformista* (SOUSA, CARVALHO e MARQUES 2019), rebate do ponto de vista político na falta de mediações, obstaculizando os ganhos derivados da decodificação entre o que é o projeto profissional, que possui limites, e o que é o projeto societário de ruptura com a ordem do capital. Sai de cena a nosso ver, o caráter crítico radical do projeto profissional brasileiro.

Consideramos que esta tendência *socialista reformista* amadurece, paradoxalmente, nos anos de 1990. Contexto esse, em que parte da vanguarda e da categoria afirmavam o projeto ético-político como forma de resistência ao aprofundamento do neoliberalismo no governo de direita de Fernando Henrique Cardoso. Mas, é sobretudo na entrada dos anos 2000 e na ascensão dos governos petistas que, em nossa análise, o *socialismo reformista* se colocará como tendência no âmbito profissional.

A nosso ver esta tendência *socialista reformista* destitui a relação dialética entre *emancipação humana* e *emancipação política* própria ao Projeto Ético Político. É particularmente em torno do hiperdimensionamento do princípio da democracia que esta tendência *socialista reformista* se consolida. E isto não é à toa. Primeiro, porque parte da vanguarda destitui o princípio da democracia como perspectiva conjuntural estratégica e passa a tomá-la enquanto "o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade" (CFESS, 2011, p.21). E, em segundo, por ser referenciada como o princípio mais "operacional" para o exercício profissional, na sua interseção com os serviços e políticas sociais, outros profissionais, instituições e população usuária.

Nesse sentido, o risco para a profissão de instrumentalizar as competências, atribuições e prerrogativas apenas em prol da defesa dos direitos e garantias sociais, reforça uma concepção reformista marcada pelo gradualismo democrático da "nova ordem de cidadania plena" e do "Estado ampliado de Direito" sob o fortalecimento participativo dos 'de baixo', própria dos governos dos Partidos dos Trabalhadores, desconsiderando os limites e armadilhas que estes governos significaram para a pauta neoliberal no Brasil.

#### 4. CONCLUSÃO

Por todo o exposto até aqui, consideramos que refletir sobre estes elementos é fundamental diante da conjuntura eleitoral que se abriu em 2022 no Brasil e que garantiu, no confronto direto com um projeto fascista, o retorno de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república. Ainda que no momento histórico do país a eleição de Lula signifique um avanço, já expresso nos primeiros meses de governos em ações referentes aos povos originários, Direitos Humanos e outras, o Serviço Social brasileiro precisa analisar criticamente este processo sob pena de fragilizar seu viés crítico. Isto porque, a história não se repete, a não ser que seja como tragédia. Basta que consideremos que a reeleição de Lula se dá num contexto internacional muito diferente dos anos 2000. E, no Brasil desde 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro temos o aprofundamento das práticas mais deletérias da nossa formação social.

Em termos políticos a extrema direita vem garantindo tanto, por meio do uso competente das novas ferramentas tecnológicas, quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a exposição de sua pauta antipopular em suas diferentes vertentes, inclusive fascistas<sup>9</sup>. Ressurgem dos porões os terraplanistas e a negação da ciência; setores médios passam a explicitar mais abertamente seus incômodos com a proximidade com os de baixo em diretas apologias racistas, misóginas, patriarcais; vem sendo destruída pouco a pouco a frágil articulação em torno de parâmetros sociais e de civilidade construídos no país nos anos de 1980.

A pandemia por COVID-19 aprofundou as escolhas políticas e econômicas do Governo Bolsonaro. Em 2019, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2020) a informalidade atingiu 41% da população ocupada no Brasil, o que equivale a mais de 38 milhões de pessoas. Além disso, identificaram-se cerca de 7 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 4,8 milhões de desalentados. Ou seja, milhões de pessoas já viviam em condição de abissal desigualdade social e

---

<sup>9</sup> O motor fundamental para criar a comoção para esta retórica foi a mídia nacional na cobertura da operação Lava-Jato difundindo seu mote anticorrupção. Demier e Melo (2018) destacam também o protagonismo do poder judiciário como ator relevante nesse processo político brasileiro, expressando o desgaste dos poderes da república ao mesmo tempo em que localizam mais amplamente a agenda de combate à corrupção como parte de uma campanha global.

tiveram sua condição agravada pelas medidas econômicas e pela própria pandemia.

Segundo dados da FGVSocial o aumento da insegurança alimentar no Brasil, durante a pandemia, entre os mais pobres foi de 53% em 2019 para 75% em 2021 (NERI, 2022, p. 03). Entre os mais ricos, entretanto tivemos uma queda de três pontos percentuais. Em termos dramáticos, a pobreza se exponencia no Brasil. No período pré-pandêmico, em 2019, 11% da população o que significa aproximadamente 23 milhões de pessoas estavam abaixo da linha da pobreza com R\$ 290,00 reais mês por pessoa. Em outubro de 2021 o percentual foi para 13% o que equivale a aproximadamente 27,6 milhões de pessoas.

Ao mesmo tempo, em que a desigualdade social se aprofundou objetivamente, e que há um amplo benefício dos setores dominantes da sociedade, o governo Bolsonaro avançou no imaginário social descaracterizando o sentido de “público” e de “direitos sociais” naturalizando o descaso no atendimento as necessidades sociais da massa da população. Como destacou Santos (2019) “há um empenho governamental, (...) em se apagar a política pública de assistência como um direito, propugnando a substituição da assistência pelo assistencialismo, a partir da ampliação do trabalho caseiro, solidário e voluntário, no qual predomina a força de trabalho feminina” (SANTOS, 2019).

Como esteve no centro dos governos petistas a assistência social esteve no centro do governo Bolsonaro com sinal trocado. Neste último trata-se de dilapidar os direitos e não garantir sequer assistência social como política social à população. Assim, a atualização da cultura autocrática no governo Bolsonaro reforçou nossa dependência e assumiu um caráter contrarrevolucionário ao sedimentar-se por um conservadorismo reacionário cujo objetivo foi de responder aos interesses do capital financeiro e rentista alijando os trabalhadores e movimentos sociais.

Nesse sentido, a eleição de Lula por si só não garante condições favoráveis a edição de novo pacto social. E, este é para nós o que impacta diretamente na profissão de Serviço Social no Brasil. Será sustentável a defesa acrítica, por parte de expressivo número de assistentes sociais, das "novas" políticas proposta para o “novo” governo Lula? Quais as contradições que se colocarão entre o projeto profissional crítico e o projeto governamental de Lula em seu novo mandato? Será um caminho para o

Serviço Social brasileiro relativizar e ressignificar princípios ético-políticos, tendo por diretriz um universalismo básico, da participação social consentida e colaboracionista que o Partido dos Trabalhadores volta a reivindicar para o Brasil?

Nossos estudos demonstram que encontramos uma maior capilaridade dessa tendência no Serviço Social brasileiro quando identificamos a vinculação contemporânea que se faz entre a consolidação/materialidade do Projeto Ético-Político à necessidade da contribuição profissional na ampliação da legalidade institucional. É requisitado ao assistente social o fomento de uma "cultura pública democrática"<sup>10</sup>, cujo desafio é o de tornar os espaços de atuação profissional em espaços efetivamente públicos, alargando-os em prol da interferência da população usuária e assim, permitindo a sua maior interferência e controle social. A grande questão, ou a grande encruzilhada, é que o investimento nessa "cultura pública democrática" tem se realizado sem quase nenhuma problematização dos limites de realizações democráticas numa estrutura social que se consolida e se mantém "pelo alto" como é o caso da realidade brasileira. Como Fernandes (1976) explicita este é o traço constitutivo da nossa formação social. Marcada tanto pela *heteronomia*, ou seja, a dificuldade de a burguesia efetivar a construção do projeto nacional, uma vez que o país está inserido na lógica do capitalismo internacional de forma subalterna<sup>11</sup>, quanto o fato de que a *democracia liberal* não se realiza revolucionariamente para o conjunto da sociedade, mas apenas para os interesses específicos da própria burguesia. Dificilmente, Lula mudará estes fundamentos da nossa formação social, e, como demonstrou em seus governos anteriores, nem era esse o seu objetivo. Resta saber então, quais serão nossas

---

<sup>10</sup> Esta busca profissional pela "ampliação progressiva da esfera pública", a impulsionar a democracia ao máximo da legalidade institucional, adquire variações mais "otimistas" no que diz respeito à concepção de Estado, como visto em Raichelis (1988). Para esta autora, a esfera pública "transcende a forma estatal ou privada, pois remete a novos mecanismos de articulação entre a sociedade civil e no interior dessas esferas, permitindo superar a perspectiva que identifica automaticamente estatal com público e privado com mercado" (RAICHELIS, 1988, p.79). Sob tal leitura, cuja estratégia é a própria cidadania "plena" ou "ampliada", esta "esfera pública" não exigiria uma outra sociedade, mas a superação dos limites desta e seu aperfeiçoamento.

<sup>11</sup> Cumpre observar que a heteronomia não se revelou em obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista no Brasil. A grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro lado, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social.

escolhas.

## 5. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). **Marxismo e política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. IN: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília (DF), 2011.

DEMIER, Felipe; MELO, Demian. Onda conservadora, crise orgânica e Cesarismo de Toga no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita L. (org.) **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, , 2018. p. 253 – 272.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**, 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio: **PNAD contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101707>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da Revolução Brasileira**: uma análise crítica da estratégia Democrático-Popular. Florianópolis: Prismas, 2015.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da “Revolução Brasileira”**: O democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NERI, Marcelo. **Insegurança alimentar no Brasil**: pandemia, tendências e comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGVSocial, 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Editora: Cortez, 2006a.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2006b.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, ano 25, set.2004.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 30, ano 10, maio 1989.

PETRA, James. Brasil: Capitalismo Extrativo e o Grande Retrocesso. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.11-31, 2013.

RAICHELLIS, Raquel. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 56, 1988.

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época, nº 132).

SANTOS, Sonara. **A forma necessária**: ultraneoliberalismo, política social e conservadorismo moral sob o governo Bolsonaro. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/08/30/forma-necessaria-ultraneoliberalismo-politica-social-e-conservadorismo-moral-sob-governo-bolsonaro/>. 2019. Acesso em: 9 fev. 2023.

SITCOVSK, Marcelo. Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 1, p.117-139, 2013.

SOUSA, Adrianycy A. Silva de. Estratégia democrático-popular e Serviço Social: aproximações ao socialismo reformista na profissão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., São Luís, 2021. **Anais [...]**. São Luís: Programa de Políticas Públicas da UFMA, 2021.

SOUSA, Adrianycy A. Silva de. **Lukács e o Serviço Social brasileiro**. Curitiba: Prismas, 2016.

SOUSA, Adrianycy A. Silva de, CARVALHO, Ivy Ana; MARQUES, Morena Gomes. O debate teórico e ídeo-político do Serviço Social contemporâneo: aproximações críticas. *In*: RAMOS, Adriana et al. (Orgs.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas**: subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.